

A AVALIAÇÃO NO CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Leandro de Oliveira Silva

Biólogo, Pedagogo, Mestre em Biociências e Biotecnologia e Doutorando em Biotecnologia Vegetal, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Laboratório de Química e Função de Proteínas e Peptídeos, Campos dos Goytacazes - RJ.
oliveiradasilvaleo@gmail.com

David Almeida dos Santos

Bacharel em Ciência e Tecnologia de Alimentos pelo Instituto Federal de Educação, Técnico em Química pela Fundação São José, Graduando em Ciências Biológicas Modalidade EAD, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes - RJ.
davidpqdt8@gmail.com

Hellen Candida Alves

Técnica em Química pelo Instituto Federal Fluminense, Graduanda em Ciências Biológicas Modalidade EAD, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes – RJ. hellentquimicaiff@gmail.com

Resumo

O presente estudo faz uma análise sobre a avaliação praticada no Curso Normal em Nível Médio de uma escola estadual do município de Bom Jesus do Itabapoana, interior do Estado do Rio de Janeiro, investigando a percepção dos alunos desse curso sobre a forma como são avaliados e os instrumentos empregados para isso. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a história do Curso Normal e as diversas formas de avaliação e uma pesquisa de campo com normalistas da 1ª, 2ª e 3ª séries. Pretendeu-se, desta forma, aferir a percepção dos alunos do Curso Normal, futuros professores da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, acerca das possibilidades do ato de avaliar, buscando verificar as concepções neles presentes. Analisar a formação do professor do Magistério Primário é fundamental, pois sua prática pedagógica, em especial a avaliativa, incidirá diretamente na vida dos futuros alunos. Concluímos que os alunos elaboraram/internalizaram várias concepções de avaliação – como medida, acompanhamento do ensino-aprendizado, mecanismo de aprovação/reprovação, entre outras –, e consideram que são avaliados de forma adequada no Curso Normal e a partir de

diversos instrumentos avaliativos na prática pedagógica do professor.

Palavras-chave: Instrumentos avaliativos; Educação Básica; Formação Docente.

Abstract

The present study analyzes the evaluation practiced in the Normal Course at High School of a state school in the city of Bom Jesus do Itabapoana, in the interior of the State of Rio de Janeiro, investigating the students' perception on the way they are evaluated in this course and the instruments used for that. We made a bibliographic review on the history of the Normal Course and the different forms of evaluation, and a field research with 1st, 2nd and 3rd grade normalists. In this way, it was intended to assess the perception of students of the Normal Course, future teachers of Early Childhood Education and Initial Series of Elementary Education, about the possibilities of the act of evaluating, seeking to verify the concepts present in them. Analyzing the education of the Primary School teacher is fundamental, since his pedagogical practice, especially the evaluative, will directly affect the lives of future students. We conclude that the students elaborated/internalized several conceptions of evaluation - as a measure, monitoring of teaching and learning, approval/failure mechanism, among others -, and consider that they are rigorously evaluated in the Normal Course and from several evaluation instruments in the pedagogical practice of the teacher.

Keywords: Evaluation tools; Basic education; Teacher Training.

INTRODUÇÃO

A todo o momento, enquanto seres racionais que somos, emitimos julgamentos que podem, muito bem, ser confundidos com avaliações: sobre o tempo, os preços do supermercado ou nosso estado de espírito. Com a educação não é diferente. Avaliar é um ato intrínseco ao processo de ensino-aprendizado, e que se encontra diretamente relacionado à atuação do professor, ainda que este não se limite a aplicar avaliações. Avaliar abarca determinadas concepções de homem, mundo e escola, que não podem ser desconsideradas quando da análise do impacto de tal processo sobre a formação dos indivíduos (NUNES & PAIXÃO, 2013).

A prática avaliativa é uma constante no dia a dia escolar e se perfaz por meio dos mais diferentes instrumentos empregados pelos professores e o uso que se faz de seus resultados que, consciente ou inconscientemente, determinam o caráter da avaliação aplicada. Mesmo permeada por ações práticas e dotada de importância reconhecida, o ato de avaliar não é simples de se definir, justamente por seu caráter múltiplo e eminentemente pessoal, marcado, inclusive, por questões político-ideológicas (CHUEIRI, 2008).

Avaliar, portanto, se refere a uma atividade extremamente importante para o progresso dos educandos, uma vez que fornece informações sobre os mesmos tanto no

âmbito individual (sobre o progresso de cada um) quanto no coletivo (sobre o progresso da classe). Ao mesmo tempo em que reconhecemos a importância de se avaliar, constatamos sérias deficiências na avaliação que se faz na escola. Para Luckesi (1994), tal prática é pontuada, finalista e classificatória, e vale-se, majoritariamente, de práticas cristalizadas e que não mais condizem com os objetivos da educação contemporânea. E o entendimento de tais práticas envolve voltar no tempo, até os primórdios da formação de professores no Brasil.

A formação de professores para o magistério primário no âmbito do Curso Normal em Nível Médio enfrentou numerosas adversidades desde o princípio, tanto no que se refere ao currículo oferecido até a questão do espaço físico necessário para a implantação do curso. A primeira Escola Normal brasileira foi estabelecida em 1835, no Rio de Janeiro. Outras províncias, contudo, simplesmente criaram um Curso Normal anexo ao Liceu (escola de ofícios destinada à formação da elite masculina), adicionando uma cadeira de Pedagogia sem criar uma Escola Normal com espaço próprio e “aligeirando-se a parte de formação geral e reservando-se a prática profissional para ser exercida junto a alguma escola primária publica” (KULESZA, 1998, p. 65).

Já no momento de sua criação o curso apresentava uma concepção reducionista e fragmentada de formação, separando a teoria da prática e aproveitando-se do espaço e dos professores de outros cursos, com ares de improvisação. Ainda de acordo com Kulesza (1998 p. 68), mais tarde a Escola Normal iria, pouco a pouco, sentindo necessidade de separação do Liceu, “dada a demanda feminina crescente pelo magistério e a permanência de um sistema educacional que reservava o ensino superior para os homens”. Após as primeiras experiências com o Curso Normal, diversas Escolas Normais foram implementadas pelo país, com crescentes expansões do currículo e abertura ao público feminino. O número de Escolas Normais passou de quatro em 1867 para 22 em 1883 (TEIXEIRA, 2001).

O magistério era visto como uma extensão das atividades normais de mãe que a mulher estaria naturalmente apta a executar. Foi também após a primeira lei do ensino que se definiu que o sexo do professor deveria ser o mesmo dos alunos, incentivando a formação de professoras. Com a abolição da escravatura em 1888, a inserção da mulher no mercado de trabalho foi ainda mais incentivada, contribuindo para o quadro de feminização (RABELO & MARTINS, 2000).

Desde a sua criação até 1860 o Curso Normal só admitia indivíduos do sexo masculino. Em 1866 formou-se a primeira professora. O Curso Normal passou, então, a ser voltado para mulheres (a única profissão a elas permitida à época), e passou a ser frequentando, principalmente, por jovens de classe média que pretendiam complementar a

renda familiar.

No final do Império as províncias possuíam, cada uma delas, não mais do que duas Escolas Normais, geralmente uma para homens e outra para mulheres, com cursos que tinham duração de 2 a 4 anos. A partir daí haveria uma crescente valorização do Curso Normal, que se intensificaria em sua proliferação durante os primeiros anos de República. Passando por constantes reestruturações, ampliações e reduções de carga horária e de duração, o Curso Normal chegaria à década de 1990 como mais um curso de Nível Médio, sem seu caráter vocacional inicial (TANURI, 2000).

Enfim, após uma turbulenta trajetória, o Curso Normal chega aos dias de hoje, ainda representando uma referência para a formação do professor da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental com respaldo da LDB/1996, mas necessitando de um novo olhar sobre sua estrutura, de forma geral, e, em especial, a avaliação que nele se faz.

Definir avaliação não é algo simples, tanto pela diversidade de conceitos elaborados pelos mais diversos autores, quanto pelas próprias características intrínsecas ao ato de avaliar. Dentre as diversas definições e significados dados ao ato de avaliar, entendemos o conceito elaborado por Luckesi (1994) como o que mais se aproxima do ideal a ser alcançado por professores e alunos, pois permite aos sujeitos não apenas coletar dados sobre determinados aspectos da realidade, mas possibilita uma reflexão e posterior tomada de decisão em relação ao quadro diagnosticado:

A avaliação pode ser caracterizada como uma forma deajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo. [...] Em primeiro lugar, ela é um juízo de valor, o que significa uma avaliação qualitativa sobre um dado objeto, a partir de critérios pré-estabelecidos, portanto diverso do juízo de existência que se funda nas demarcações 'físicas' do objeto (LUCKESI, 1994, p. 33).

O conceito de avaliação definido por Luckesi (1994) é aquele adotado neste trabalho como o ideal porque parece ser o mais adequado para as necessidades de educando e educador. Não se trata, contudo, de preterir um determinado aspecto da avaliação. O que nos parece fundamental, mais do que o tipo de instrumento a ser utilizado, é o entendimento de que o ato de avaliar deve romper com a estratificação que a avaliação classificatória impõe aos educandos (LUCKESI 1994).

Avaliar, portanto, envolve emitir um julgamento a respeito de alguma coisa. Especificamente sobre o processo de ensino-aprendizagem, avaliar é emitir um julgamento (tradicionalmente expresso na forma de um conceito) sobre as condições do sujeito que é avaliado (o aluno). O que se faz com esse resultado é que determina o caráter da avaliação (diagnóstico, formativo ou somativo), de acordo com Cid & Fialho, (2011).

Ao mesmo tempo em que reconhecemos a necessidade de avaliar, persistem as dúvidas de como esse processo deva ser conduzido, até que ponto ele é eficiente, se ele realmente está servindo ao professor e ao aluno e, ainda, se somos realmente capazes de concluí-lo com fidedignidade (PACHECO, 2012).

Percebemos a complexidade do ato de avaliar enquanto produto de escolhas pessoais (métodos, técnicas, instrumentos), determinações legais (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Parâmetros Curriculares da Educação Nacional, Portarias e outros documentos normativos) e até mesmo em relação ao estado de espírito do professor que, na posição de detentor do poder de “decidir” quem está e quem não está apto a prosseguir, opta por elaborar instrumentos mais fáceis ou mais difíceis, modificando, assim, o significado atribuído à sua avaliação (PAULA & MOREIRA, 2014).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), ou LDB/1996, organiza o Sistema Educacional Brasileiro e normatiza seu funcionamento, sendo, portanto, a referência maior em se tratando de avaliação (BRASIL, 1996). Percebe-se um esforço legal para a implementação de um processo de avaliação que acompanhe o educando durante todo o percurso de ensino-aprendizagem (aqui entendida como avaliação formativa), e não apenas a aplicação de testes finais com o objetivo de promoção ou retenção (esta última caracterizando avaliação somativa).

Há diversos instrumentos que podem ser utilizados pelos professores com vistas a implementar um processo de avaliação, como prova escrita ou oral, trabalho teórico ou prático, portfólio, seminário, diário, relatório de aula, observação, debate e autoavaliação, somente para citar alguns (SILVA, 2014). A opção por um ou outro instrumento dependerá do objetivo do professor ao aplicá-lo, não determinando o método, por si só, o caráter da avaliação (diagnóstica, somativa ou formativa).

De acordo com Luckesi (1994) a avaliação da aprendizagem escolar precisa auxiliar na democratização do ensino, o que só se consegue com o rompimento da avaliação classificatória:

A prática classificatória da avaliação é antidemocrática, uma vez que não encaminha uma tomada de decisão para o avanço, para o crescimento. Essa prática classificatória da avaliação confirma a nossa hipótese inicial de que a atual prática de avaliação do aluno é uma prática antidemocrática no que se refere ao ensino (p. 77).

Percebemos, com isso, a complexidade do ato de avaliar – que não se resume a seus instrumentos nem se encerra ao final da aplicação dos mesmos, mas, para sua completude, exige do professor reflexão e tomada de decisão sobre os resultados obtidos, de forma a redirecionar a prática pedagógica. Não se trata, também, de um ato neutro, uma

vez que contém determinada concepção de homem e sociedade (LUCKESI, 1994).

A qualidade da formação do professor que deixa o Curso Normal é motivo de preocupação de autores como Domingos *et al.* (2012) e Monteiro & Nunes (2007). Tal preocupação não se refere somente às deficiências de leitura e de escrita identificadas em tais alunos, mas também relativas à sua formação profissional, as quais que pode comprometer sua futura prática pedagógica. A formação de tais profissionais, portanto, precisa ser objeto de estudo, uma vez que algumas críticas incidiram e ainda incidem sobre o Curso Normal e a qualidade da formação oferecida (TEIXEIRA, 2001; TANURI, 2000; DOMINGOS *et. al*, 2012; MONTEIRO & NUNES, 2007).

Neste contexto questiona-se até que ponto a formação do professor é influenciada pela forma como ele é avaliado e a ideia de avaliação perpetuada pela escola. Maddalena Taras aponta a necessidade de se fazer uma nova avaliação, mais formativa, menos finalista e que proporcione ao educando serviços que favoreçam seu crescimento pessoal e profissional (TARAS, 2010). Não basta propor uma nova avaliação para uma prática antiga. É preciso criar condições para que a prática pedagógica do professor se renove, se reconstruindo sobre alicerces diferentes daqueles que o formaram – quase sempre tradicionais.

Como afirma Domingos *et al.*, (2012):

Mesmo que a legislação vigente admita o curso normal como formação mínima para o exercício da docência como profissão, percebemos que é necessária uma contínua reflexão acerca da formação que vem sendo oferecida. Essa afirmação nasce a partir da constatação da fragilidade nos níveis de leitura, escrita e produção dos cursistas. É possível que essa fragilidade tenha sido produzida durante a história escolar antecedente ao curso. No entanto, é notório que a referida fragilidade pode comprometer a formação desses professores (p. 9).

Faz-se pertinente investigar como a avaliação que se utiliza em um curso de formação de professores (no caso, o Curso Normal) influencia na percepção dos mesmos sobre o ato de avaliar, possivelmente influenciando os futuros desdobramentos sobre a prática do professor em formação.

DESENVOLVIMENTO

Foi realizada uma pesquisa descritiva bibliográfica sobre o tema “avaliação” e uma pesquisa de campo, do tipo estudo de caso, com alunos do Curso Normal em Nível Médio de uma escola estadual do município de Bom Jesus do Itabapoana, interior do Estado do Rio de Janeiro.

Para a pesquisa de campo foi elaborado um modelo de questionário destinado a aferir a percepção dos alunos quanto ao ato de avaliar e aos instrumentos empregados no já referido curso. O questionário foi composto de quatro questões, sendo uma aberta e três fechadas, buscando obter dados sobre o conceito de avaliação construído pelos discentes durante o Curso Normal e a percepção dos mesmos sobre o ato de avaliar. Os questionários foram impressos e entregues aos participantes da pesquisa, tendo o pesquisador se limitado a entregá-los e depois recolhê-los, sem fornecer qualquer ajuda ou orientação quanto ao preenchimento.

Em relação ao quantitativo de alunos, o Curso Normal na escola pesquisada possui duas turmas de cada série (CN 1001, CN 1002, CN 2001, CN 2002, CN 3001 e CN 3002). Os questionários foram respondidos pela totalidade de alunos presentes em cada classe no dia da aplicação (nenhum aluno presente se recusou a responder o questionário). A participação dos alunos na pesquisa é mostrada abaixo (Tabela 1):

Tabela 01. Número de discentes participantes da pesquisa.

	Número de discentes matriculados	Número de discentes participantes
CN 1001	29	26
CN 1002	25	21
CN 2001	24	21
CN 2002	25	21
CN 3001	33	26
CN 3002	28	24
Total	164	139

Fonte: Tabela elaborada pelo autor.

Portanto, participaram da pesquisa para elaboração do presente artigo 139 alunos de um total de 164, perfazendo 84% do universo de pesquisa disponível. Para facilitar a análise dos dados, os questionários foram agrupados em 1ª, 2ª e 3ª séries, adunando, portanto, as turmas de mesmo ano escolar.

Quando perguntados se aprenderam especificamente sobre o tema avaliação em alguma disciplina do curso, a maioria dos alunos (76%) respondeu “não” (Gráfico 1).

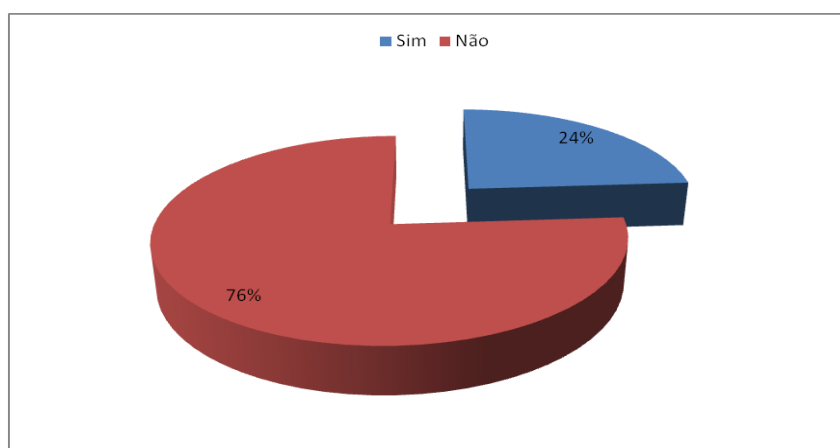


Gráfico 01 – Respostas dos alunos à pergunta: Você aprendeu especificamente sobre o tema Avaliação em alguma(s) disciplina(s) do curso Normal em Nível Médio? Fonte: Pesquisa.

Curiosamente, 24% dos entrevistados afirmou ter aprendido sobre avaliação, citando as seguintes disciplinas: Matemática, Física, História, Brinquedoteca, Conhecimentos Didáticos e Pedagógicos da Educação Infantil (CDPEI), Biologia, Práticas Pedagógicas e Iniciação à Pesquisa (PPIP), Química e Língua Portuguesa. Das nove disciplinas citadas pelos alunos, somente três são específicas do Curso Normal. O conteúdo avaliação não faz parte das ementas das seis disciplinas do núcleo comum de acordo com o Currículo Mínimo do Estado do Rio de Janeiro, o que nos leva a levantar a hipótese de que os alunos podem não ter compreendido a pergunta corretamente.

A fim de facilitar a análise dos conceitos de avaliação apresentados pelos alunos na Questão 2 do Questionário Discente, foram criadas categorias, com base nos trabalhos de Luckesi (1996), que englobam o sentido predominante das diferentes respostas, agrupando-as (Gráfico 2):

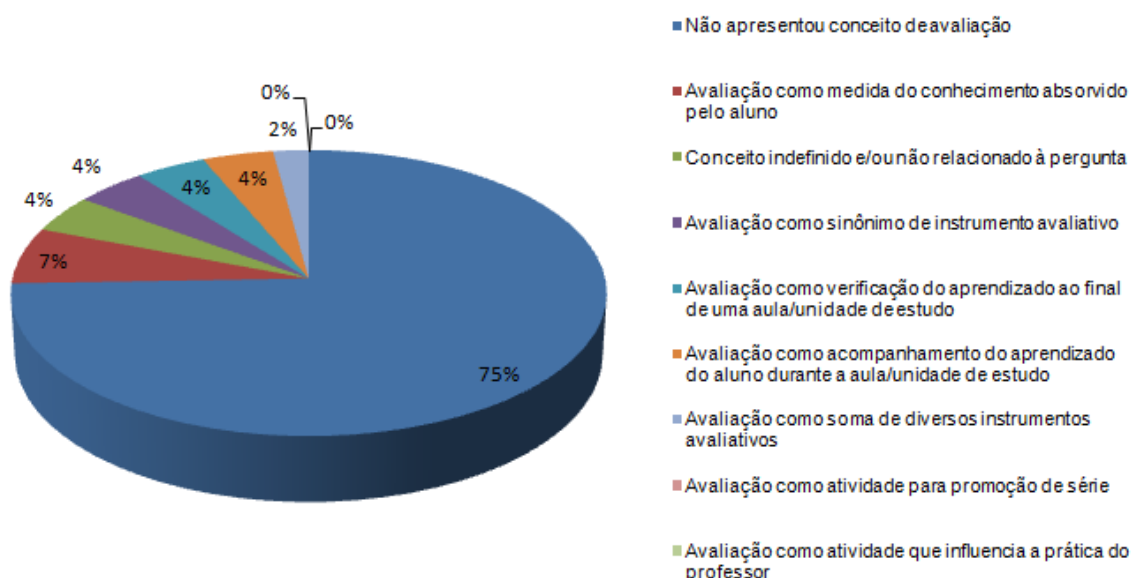


Gráfico 02 – Conceitos de avaliação apresentados pelos alunos da 1ª Série, divididos por categorias de acordo com o sentido predominante do conceito. Fonte: Pesquisa.

As respostas dos alunos foram classificadas de acordo com o sentido predominante e separadas em nove categorias. Os alunos, que frequentam o Curso Normal há apenas seis meses, tem predominante ausência de um conceito formal de avaliação (74%).

Em relação à possibilidade de se avaliar sem utilizar “provas”, aqui entendidas no sentido de avaliação escrita, os alunos parecem dividir-se. Uma grande parcela concorda com a possibilidade de outras formas de avaliação além da prova (34%), mas maioria dos entrevistados (49%) concorda em parte, aparentemente sem demonstrar certeza da possibilidade de se avaliar por outros meios. Sete entrevistados discordam da possibilidade de se avaliar sem provas (Gráfico 3).

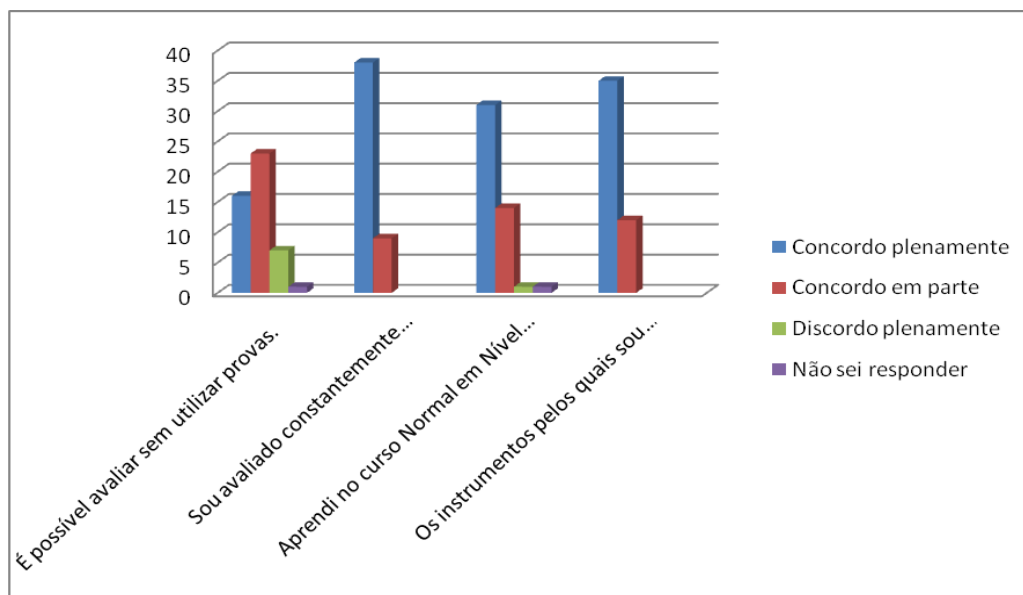


Gráfico 03 – Respostas dos alunos à pergunta: Assinale com um X a opção que melhor caracteriza seu posicionamento acerca de cada afirmativa: 1 - É possível avaliar sem utilizar provas; 2 – Sou avaliado constantemente durante o curso Normal em Nível Médio; 3 – Aprendi no curso Normal em Nível Médio quais instrumentos utilizar para avaliar meus futuros alunos; 4 – Os instrumentos pelos quais sou avaliado no curso Normal em Nível Médio são adequados e contribuem para minha formação profissional. Fonte: Pesquisa.

A associação da avaliação à aplicação de provas, assim como a limitação do ato de avaliar a um simples instrumento parece ser uma herança de todo um percurso escolar marcado pela confusão do ato de avaliar com os instrumentos pelos quais se é avaliado, constituindo o que se convencionou chamar de pedagogia do exame. A ausência de uma visão global a respeito da avaliação, inclusive no que se refere à necessidade de tomada de decisões após reflexão sobre ela, acaba por internalizar no aluno um conceito simplista e reducionista do ato de avaliar (LUCKESI, 1996).

A maioria (80%) concorda plenamente que é avaliada constantemente no Curso Normal. Aqui também se observa uma incoerência nas respostas dos alunos: ao mesmo tempo em que afirmam não ter aprendido especificamente sobre avaliação em nenhuma disciplina (à exceção dos poucos que afirmaram ter aprendido, mas que também não apresentaram conceito de avaliação algum que justificasse tal afirmativa), a maioria (66%) concorda plenamente que aprendeu no Curso Normal quais instrumentos utilizar para avaliar seus futuros alunos.

Em relação aos instrumentos empregados pelos professores, de acordo com a visão dos alunos, o trabalho em grupo, a avaliação escrita, o portfólio e o trabalho individual, respectivamente, são os instrumentos mais utilizados (Gráfico 4).

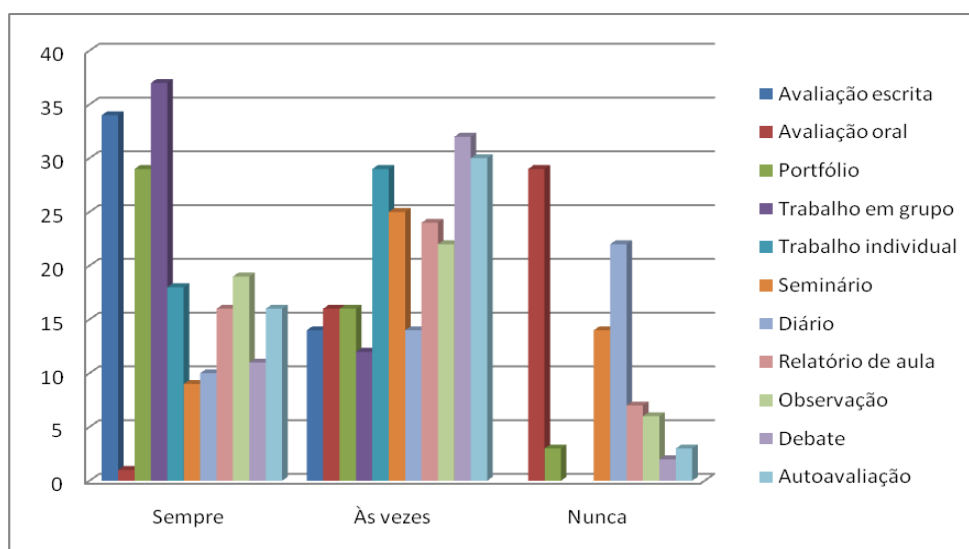


Gráfico 04 – Respostas dos alunos à pergunta: Como você é avaliado no curso Normal em Nível Médio? Fonte: Pesquisa.

Percebemos, em uma análise geral dos dados fornecidos pelos questionários, que o aluno ingressante no Curso Normal em Nível Médio ainda não é capaz de elaborar um conceito de avaliação onde seja percebida a estreita relação entre a mesma e a prática docente, superando a simples medição de conteúdos e possibilitando uma tomada de decisão, com vistas a auxiliar ambos – aluno e professor – no processo de ensino-aprendizagem.

Quando perguntados se aprenderam especificamente sobre o tema avaliação em alguma disciplina, a maioria dos alunos (56%) respondeu “sim” (Gráfico 5).

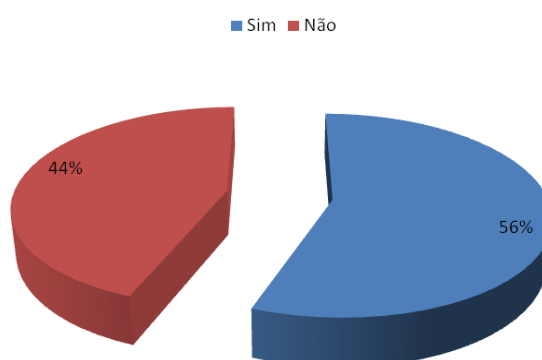


Gráfico 05 – Gráfico representativo das respostas dos alunos à pergunta: Você aprendeu especificamente sobre o tema Avaliação em alguma(s) disciplina(s) do curso Normal em Nível Médio? Fonte: Pesquisa.

Dentre as disciplinas citadas, cinco são componentes da parte específica do Curso Normal e apenas duas (Ensino Religioso e Educação Física) fazem parte do núcleo comum do Ensino Médio. Mais uma vez afirmamos que o estudo do tema avaliação não é explícito nas ementas da maioria das disciplinas citadas pelos alunos.

Quando solicitados que conceituassem avaliação, percebemos uma tímida evolução das respostas dos alunos do 2º Ano em relação aos alunos do 1º Ano, tanto em relação à maior quantidade de conceitos elaborados (50% dos alunos responderam à pergunta, elaborando um conceito de avaliação cada) quanto ao caráter predominante das respostas, que já concebem o ato de avaliar como um conjunto, e não a aplicação de um simples exame (Gráfico 6).

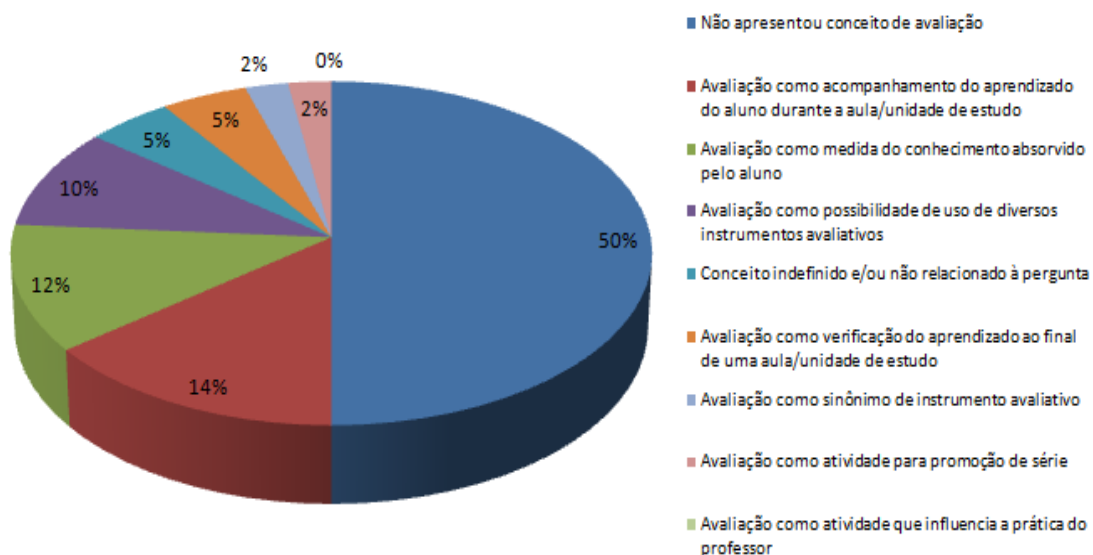


Gráfico 06 – Conceitos de Avaliação apresentados pelos alunos da 2ª Série divididos por categorias de acordo com o sentido predominante do conceito. Fonte: Pesquisa.

Os alunos da 2ª Série frequentavam o Curso Normal há um ano e seis meses na data da aplicação do questionário, estando os mesmos, portanto, na metade do curso. Ao serem questionados sobre a possibilidade de se avaliar sem utilizar-se de provas, a maioria (76% dos alunos) concorda em parte com a afirmação, sugerindo que não tem absoluta certeza dessa possibilidade. A maioria dos entrevistados acredita ser avaliada constantemente no Curso Normal (80%), com instrumentos adequados e que contribuem para sua formação profissional (76%). A maioria também afirma ter aprendido em algum momento do curso quais instrumentos utilizar para avaliar seus futuros alunos (69%), como mostrado abaixo (Gráfico 7):

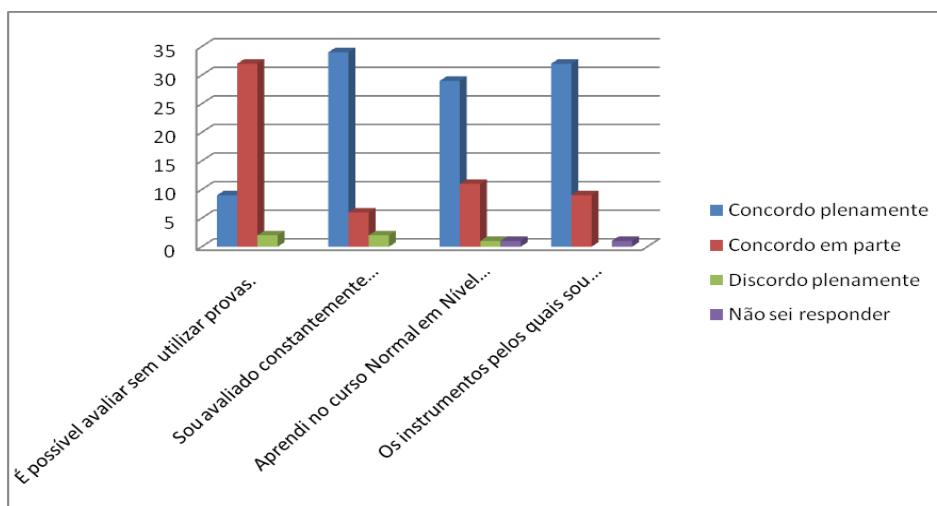


Gráfico 07 – Gráfico representativo das respostas dos alunos à pergunta: Assinale com um X a opção que melhor caracteriza seu posicionamento acerca de cada afirmativa: 1 - É possível avaliar sem utilizar provas; 2 – Sou avaliado constantemente durante o curso Normal em Nível Médio; 3 – Aprendi no curso Normal em Nível Médio quais instrumentos utilizar para avaliar meus futuros alunos; 4 – Os instrumentos pelos quais sou avaliado no curso Normal em Nível Médio são adequados e contribuem para minha formação profissional. Fonte: Pesquisa.

Em relação aos tipos de instrumentos avaliativos empregados pelos professores e a frequência dos mesmos, observamos que a avaliação escrita, o trabalho em grupo, o portfólio e o trabalho individual figuram entre os instrumentos utilizados mais frequentemente pelos professores, ao passo que o seminário, o diário, a avaliação oral e a autoavaliação foram apontados por grande parcela dos alunos como instrumentos nunca utilizados. Debate, observação e relatório de aula aparecem entre os instrumentos utilizados “às vezes” pelos professores, como mostrado no Gráfico 8:

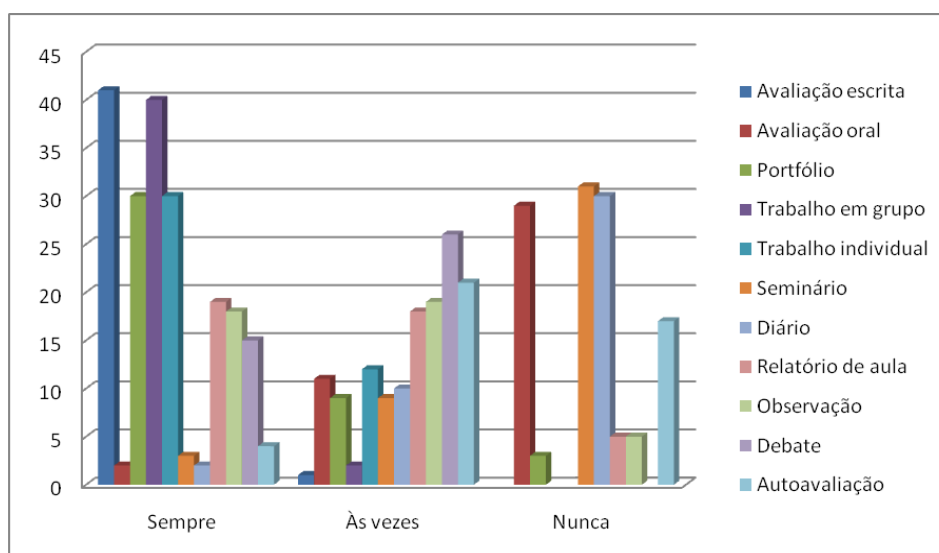


Gráfico 08 – Gráfico representativo das respostas dos alunos à pergunta: Como você é avaliado no curso Normal em Nível Médio? Fonte: Pesquisa.

Percebemos que, apesar de uma singela ressignificação do conceito de avaliação demonstrado por alguns alunos da 2ª Série do Curso Normal quando comparada à 1ª Série, ainda não se tem um conceito que se aproxime daquele delineado por Luckesi (1996), que coloca a avaliação como ponto chave para a reestruturação da prática do professor. Em relação aos instrumentos mais utilizados pelos professores, segundo os alunos, os resultados são muito parecidos com aqueles vistos na 1ª série, onde os mesmos instrumentos (avaliação escrita, trabalho em grupo e trabalho individual) dominam o cenário.

Quando perguntados se aprenderam especificamente sobre o tema avaliação em alguma disciplina, a maioria dos alunos (96%) respondeu "sim" (Gráfico 9).

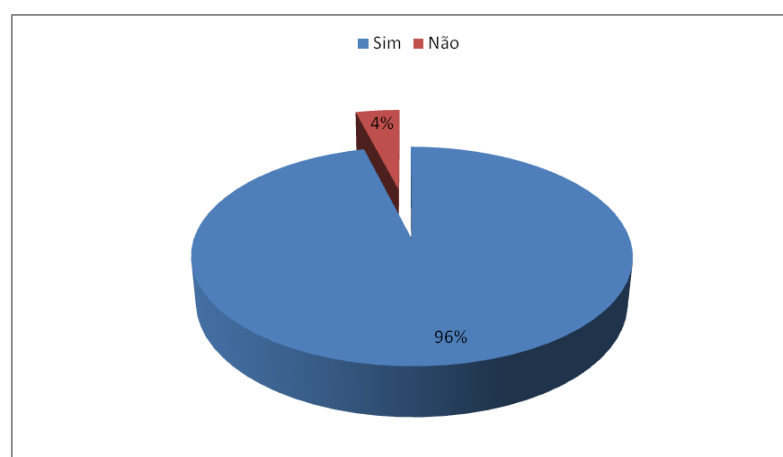


Gráfico 09 – Gráfico representativo das respostas dos alunos à pergunta: Você aprendeu especificamente sobre o tema Avaliação em alguma(s) disciplina(s) do curso Normal em Nível Médio? Fonte: Pesquisa.

A maioria das disciplinas citadas (11) são componentes específicos do Curso Normal em Nível Médio, e a maioria delas possui o tema avaliação em suas respectivas ementas, segundo análise dos Currículos Mínimos.

Em relação ao conceito de avaliação dos alunos, percebe-se uma evolução em relação às séries anteriores. Somente dois alunos não apresentaram nenhum conceito de avaliação, e outros dois demonstraram entender o ato de avaliar como uma atividade de mão dupla, chegando, inclusive, a conceber a avaliação como uma atividade que também diz respeito à prática do professor, e não apenas ao aluno, servindo a avaliação, segundo um dos entrevistados, *“para saber em qual ponto o docente fracassou”*. A ideia de avaliação como uma atividade de acompanhamento do percurso do aluno também aparece em várias respostas, assim como o entendimento de que o ato de avaliar utiliza-se de vários instrumentos. Contudo, a concepção de avaliação como medida do conhecimento e alguns conceitos vagos permanecem (Gráfico 10).

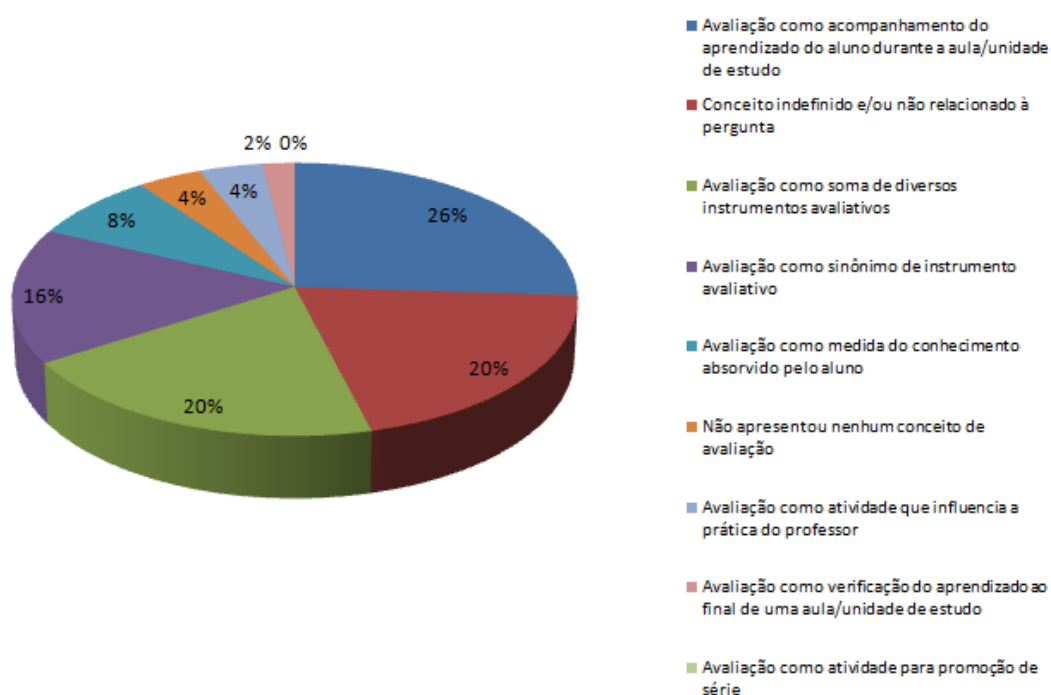


Gráfico 10 – Quadro com os conceitos de Avaliação apresentados pelos alunos divididos por categorias de acordo com o sentido predominante do conceito. Fonte: Pesquisa.

Quando perguntados sobre a possibilidade de se avaliar sem utilizar-se de provas, percebe-se uma evolução do quadro observado quando comparamos as séries anteriores:

os alunos parecem ter mais consciência da possibilidade de se avaliar de outras formas que não a tradicional avaliação escrita (Gráfico 11).

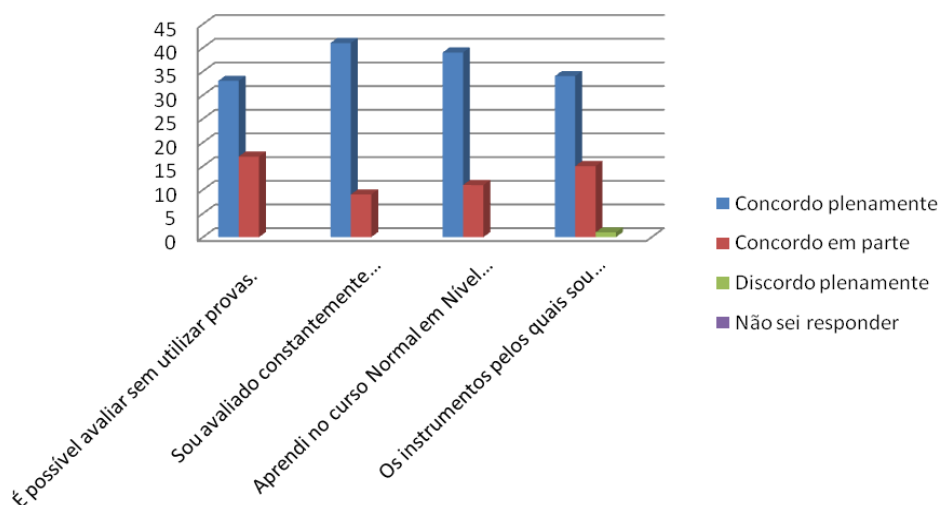


Gráfico 11 – Gráfico representativo das respostas dos alunos à pergunta: Assinale com um X a opção que melhor caracteriza seu posicionamento acerca de cada afirmativa: 1 - É possível avaliar sem utilizar provas; 2 – Sou avaliado constantemente durante o curso Normal em Nível Médio; 3 – Aprendi no curso Normal em Nível Médio quais instrumentos utilizar para avaliar meus futuros alunos; 4 – Os instrumentos pelos quais sou avaliado no curso Normal em Nível Médio são adequados e contribuem para minha formação profissional. Fonte: Pesquisa.

Os alunos, em sua maioria, também afirmam ser avaliados constantemente durante o Curso Normal (82%), com instrumentos adequados e que contribuem para sua formação profissional (68%). Também afirmam ter aprendido quais instrumentos utilizar para avaliar seus futuros alunos (78%).

Com relação aos instrumentos aplicados pelos professores e a frequência, avaliação escrita, trabalho em grupo, trabalho individual, seminário e avaliação oral são apontados como os mais utilizados. Diário, relatório de aula, autoavaliação e portfólio foram apontados como instrumentos nunca utilizados pelos professores na já referida série (Gráfico 12):

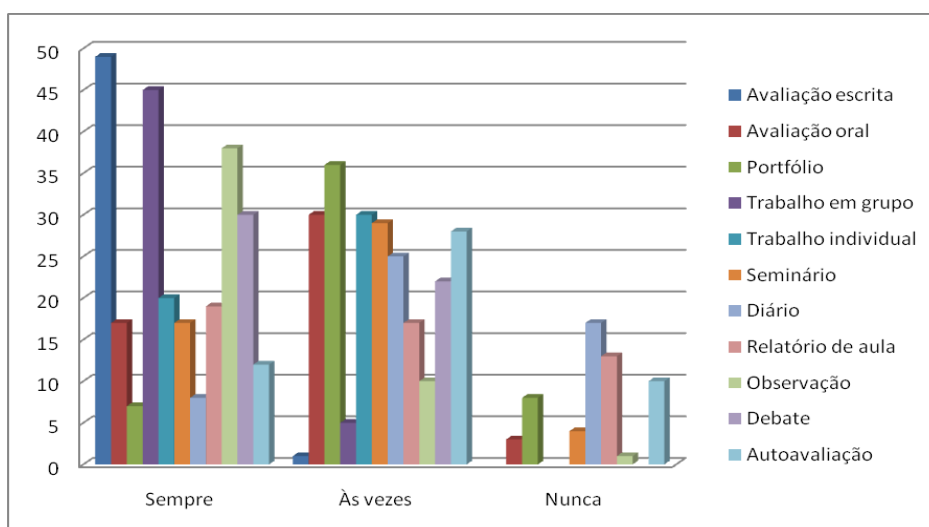


Gráfico 12 – Gráfico representativo das respostas dos alunos à pergunta: Como você é avaliado no curso Normal em Nível Médio? Fonte: Pesquisa.

Percebe-se uma nítida ressignificação do entendimento do ato de avaliar dos alunos da 3ª série quando comparados aos das 1ª e 2ª séries do Curso Normal em Nível Médio. Ainda que nenhum aluno tenha elaborado precisamente um conceito de avaliação que se aproximasse daquele proposto por Luckesi (1996) – avaliação para tomada de decisão – percebe-se a predominância de um caráter de avaliação como acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem nas respostas de muitos alunos.

Comparando as respostas dos alunos da 1ª, 2ª e 3ª séries do Curso Normal em Nível Médio, percebemos um claro avanço da capacidade de elaborar conceitos de avaliação. Enquanto a grande maioria dos alunos da 1ª Série (74%) não demonstrou a capacidade de apresentar um conceito de avaliação e apenas metade dos alunos da 2ª Série demonstrou essa habilidade, o quadro muda drasticamente quando analisamos a 3ª Série, onde 96% dos alunos demonstraram tal capacidade.

Em relação à possibilidade de se avaliar sem o uso de prova, aqui entendida como a tradicional avaliação escrita, percebe-se um grande aumento dos alunos que concordam plenamente com a afirmação (*É possível avaliar sem utilizar-se de provas*) da 1ª Série (34%) para os alunos da 3ª Série (66%). Seguindo um caminho contrário, o número de alunos que discorda de tal afirmação cai de 14%, na 1ª Série, para 0%, na 3ª Série. Ou seja, os alunos demonstraram entender que a avaliação vai muito além da aplicação de provas escritas.

Enfim, verificou-se uma quase total ausência de conceitos de avaliação que reconhecessem tal processo como possibilitador de mudanças dos rumos pedagógicos, influenciando alunos e professores, de forma a auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Dos 139 alunos participantes da pesquisa, apenas dois foram capazes de

elaborar conceitos que concebiam a avaliação como uma atividade que diz respeito ao professor, e como tal também incide (ou deveria incidir) sobre sua prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os alunos do curso pesquisado possuem diversas limitações quanto a um entendimento mais amplo do ato de avaliar, geralmente associando a avaliação à simples aplicação de testes e provas escritas pelos professores e excluindo de suas definições o papel formativo dela. Infere-se que as concepções avaliativas construídas pelos alunos possam estar associadas à forma como eles são avaliados no curso e os tipos de instrumentos utilizados pelos professores para tal fim.

Constatou-se uma singela ressignificação do conceito de avaliação dos alunos que ingressam no curso (1º Ano) e aqueles próximos de o concluírem (3º Ano), caminhando o entendimento deles na direção de um conceito de avaliação como acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem sem, contudo, alcançar uma definição que coloque a tomada de decisão quanto a novos rumos no centro do processo avaliativo.

O presente trabalho não pretende esgotar o tema, mas abrir possibilidades de novos estudos, tanto a respeito da avaliação escolar quanto ao Curso Normal em Nível Médio. Faz-se necessário buscar um melhor entendimento da formação do professor da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental, pois sua prática tem influência direta sobre as novas gerações que iniciam a vida escolar, influenciando decisivamente no futuro de nossas crianças.

REFERÊNCIAS

ANDRIGHETTO, M. J. & RICHTER, C. J. **Avaliação Escolar**. 2009. Disponível em: <http://www.sinect.com.br/anais2009/artigos/13%20Formacaodeprofessoresnoensinodecienciaetecnologia/Formacaodeprofessoresnoensinodecienciaetecnologia_artigo3.pdf>. Acesso em: 24/04/2020.

BLACK P. **Os professores podem usar a avaliação para melhorar o ensino?** Práxis Educativa (Brasil), vol. 4, n. 2, p.195-201. 2009. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=89412348010>>. Acesso em 24/04/2020.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 15/03/2020.

BONAMINO, A. & SOUSA, S. K. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aoep633.pdf>>.

Acesso em: 15/03/2020.

CHUEIRI, M. S. F. **Concepções sobre a avaliação escolar**. Estudos em Avaliação Educacional. Belo Horizonte, v. 19, n. 39. 2008. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1418/1418.pdf>>. Acesso em: 15/03/2020.

CID, M. & FIALHO, I. **Critérios de avaliação: da fundamentação à operacionalização**. In I. Fialho & H. Salgueiro (Orgs). TurmaMais e sucesso escolar. Contributos teóricos e práticos, p. 109-124. Évora: Centro de Investigação em Educação e Psicologia - Universidade de Évora. 2011. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/4741/5/criterios_de_avaliacao_da_fundamentacao_a_operacionalizacao_%28pp._109-124%29.pdf>. Acesso em: 15/03/2020.

CORREIA, J. A., FIDALGO, F., FIDALGO, N. R. **A avaliação como trabalho e o trabalho da avaliação**. Educação, Sociedade e Culturas. Belo Horizonte, vol. 33, n. 11. p. 37-50. 2011. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC33/ESC33_Artigos_Correia.pdf>. Acesso em: 15/03/2020.

DEMARTINI, Z; ANTUNES, F. **Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 86, p. 5-14. 1993. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/934/939> Acesso em: 15/03/2020.

DOMINGOS, D. R., COSTA, M. C. F. S., SILVA, G. A. **O (des)encanto dos discentes do curso normal de nível médio e a formação de professores: experiências e relatos**. 2012. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_04/PDF/31.pdf> Acesso em: 15/03/2020.

KULESZA, W. A. **A institucionalização da Escola Normal no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, vol. 79, n. 193, p. 63-71. 1998. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/196/197>>. Acesso em: 15/03/2020.

LEITE, S. A. S.; KAGER, S. **Efeitos aversivos das práticas de avaliação da aprendizagem escolar**. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v17n62/a06v1762.pdf>>. Acesso em: 15/03/2020.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1994.

MONTEIRO, A. L. & NUNES. C. S. C. **Formação de professores no curso médio normal: 10 anos de LDB**. 2007. Disponível em: <<http://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/119/97>>. Acesso em: 25/03/2020.

NUNES, C. S. C. & PAIXÃO, C. J. **Currículo e Avaliação da Aprendizagem: A Informalidade em Questão**. 2013. Disponível em: <<http://www.ie.ulisboa.pt/pls/portal/docs/1/333270.PDF>>. Acesso em: 15/03/2020.

PACHECO, J. A. **Avaliação das Aprendizagens. Políticas formativas e práticas sumativas**. 2012. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/21170/1/Avaliacao%20das%20aprendizagens%20Políticas%20formativas%20práticas%20sumativas.pdf>>. Acesso em: 15/03/2020.

PAULA, H. F. & MOREIRA, A. F. **Atividade, ação mediada e avaliação escolar**. Educação em Revista. Belo Horizonte, vol. 30, n. 01, p. 17-36. 2014. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/edur/v30n1/a02v30n1.pdf>>. Acesso em: 15/03/2020.

RABELO, A. O. & MARTINS, A. M. **A mulher no magistério brasileiro: um histórico sobre a feminização do magistério**. 2000. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/556AmandaO.Rabelo.pdf>>. Acesso em 15/03/2020.

SEEDUC. Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro. **Currículo Mínimo do Curso Normal**. 2013 Disponível em: <http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br/curriculo_aberto.asp>. Acesso em: 15/03/2020.

SILVA, L. O. **A importância das aulas práticas para o ensino de Ciências e Biologia**. Monografia (Graduação) – Curso de Licenciatura Ciências Biológicas, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, L. O. **Avaliação na Educação a Distância: A contribuição dos instrumentos avaliativos para o desenvolvimento da autonomia**. Monografia (Especialização) – Curso de Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância (PIGEAD), UFF, Itaperuna, 2014.

TARAS M. **De volta ao básico: definições e processos de avaliação**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 5, n.2, p. 123-130. 2010. Disponível em <<http://www.periodicos.uepg.br>>. Acesso em: 15/03/2020.

TEIXEIRA, A. **O problema de formação do magistério**. 2001. Disponível em: <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/419/424>>. Acesso em: 15/03/2020.

TANURI, L. M. **História da formação de professores**. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>>. Acesso em: 15/03/2020.

SOBRE OS AUTORES:

AUTOR 1: Mestre em Biociências e Biotecnologia e Doutorando em Biotecnologia Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente é professor de Biologia do Estado do Rio de Janeiro e Mediador Presencial do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas Modalidade EAD UENF/CEDERJ – Polo de Bom Jesus. Email: oliveiradasilvaleo@gmail.com

AUTOR 2: Bacharel em Ciência e Tecnologia de Alimentos pelo Instituto Federal de Educação; Técnico em Química pela Fundação São José; Aluno Graduando em Ciências Biológicas Modalidade EAD, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes - RJ. E-mail: davidpqdt8@gmail.com

AUTOR 3: Técnica em Química pelo Instituto Federal Fluminense (IFF); Aluna Graduanda em Ciências Biológicas Modalidade EAD, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes – RJ. E-mail: hellentquimicaiff@gmail.com